



A TESSITURA DE UMA REDE DE SOCIABILIDADES: OS PROFESSORES DA FACULDADE DE DIREITO E A CASA DE SERGIPE (1920-1968)

Marcia Terezinha Jerônimo Oliveira Cruz ⁽¹⁾

Eixo 11 – Educação, Sociedade e Práticas Educativas

RESUMO

Este estudo trata da rede de sociabilidades instituída entre intelectuais que integraram a Congregação da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), e compuseram o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), também conhecido como “A Casa de Sergipe”. O trabalho problematiza a importância dos juristas e das instituições jurídicas para a constituição da Casa de Sergipe, assim como, do IHGSE como espaço de legitimação social e intelectual dos professores da FDS. A investigação adotou os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, tendo como referencial o conceito de “redes” e de “intelectual” de Jean-François Sirinelli, assim como de “capital cultural” e “capital social” de Pierre Bourdieu. As fontes privilegiadas foram as de natureza bibliográfica e periódica, representada, quanto à estas últimas, pelas revistas do IHGSE e da FDS.

Palavras-Chave: Faculdade de Direito de Sergipe. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Intelectuais.

RESUMEN

Este estudio aborda la red de sociabilidad establecida entre los intelectuales que formó la Congregación de la Facultad de Derecho de Sergipe (FDS) y se unió a su membresía del Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe (IHGSE), también conocido como “La Casa de Sergipe”. En el documento se analiza la importancia de los abogados y las instituciones legales para la constitución e la operación de la Cámara de Sergipe, así como el IHGSE como un espacio de legitimidad social e intelectual de los profesores de FDS. La investigación adoptó los supuestos teóricos y metodológicos de la Historia Cultural, utilizando como referencia el concepto de “redes” y “intelectual” Jean-François Sirinelli, así como “capital cultural” y “capital” de Pierre Bourdieu. Las fuentes fueron las de carácter bibliográfico y periódico, representado, en cuanto a este último, las revistas de el IHGSE e de la FDS.

Palabras-Clave: Facultad de Derecho de Sergipe. Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe. Intelectuales.

1. Introdução

*Não temos um instituto
que guarde as nossas
tradições e elas se*

extinguem por si só ou são destruídas pela acção do tempo, que tudo aniquila. As tradições são a alma dos povos e nós devemos guardal-ás como o legado mais precioso que deixaram os nossos antepassados.

Quebrem-se as tradições de um povo, de uma raça e ver-se-ah que em seu lugar ficará uma reunião de homens amontoados, sem leis, sem ordem, sem unidade se não ethica, pelo menos phisycológica e social. O desprezo ás tradições é o último symptoma que aparece nas sociedades envelhecidas, às quaes tenderão para a anarchia. Guardemos, pois, as nossas, façamos dela a nossa bandeira e na marcha incerta para o futuro, busquemos as energias que por ventura nos faltarem nas fontes gloriosas e interminadas do passado. (Florentino Telles de Menezes, 1912)

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), fundado em 6 de agosto de 1912, na capital sergipana, uma associação civil sem fins lucrativos de natureza cultural, que teve entre os fins de sua criação a missão de “verificar, colligir, archivar e publicar os documentos, memorias e chronicas relativas ás datas historicas, á distribuição geographica, ás curiosidades archeologicas, ao fok-lore, á tudo que possa concorrer para a Historia do Brazil, especialmente, de Sergipe” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, 1912, p. 8) é o objeto deste trabalho que objetiva evidenciar a rede de sociabilidades tecida por intelectuais, tendo como centralidade os membros da Congregação da Faculdade de Direito de Sergipe (FDS) que foram sócios do IHGSE.

A finalidade do trabalho foi discutir a importância dos juristas para a dinâmica de funcionamento do IHGSE, assim como desta instituição, como espaço de legitimação para esses intelectuais.

O marco temporal inicial relacionou-se ao registro da atuação no IHGSE do primeiro jurista ligado à FDS, ocorrida em 1920. O final, à criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 1968, quando a FDS,

então federalizada, deixou de existir juridicamente, para dar origem, juntamente com outras instituições de ensino superior à UFS. Este marco, todavia, é por vezes flexibilizado, com vistas a enfocar fatos que contribuíram para problematização do objeto, a exemplo da fundação do IHGSE ocorrida em 1912.

Considere os membros do IHGSE e da FDS como “intelectuais” tendo em vista o conceito formulado por Jean-François Sirinelli (2003), relativamente a esse grupo social, tendo como ponto de partida a sociedade francesa:

Esta noção e esta palavra [intelectual] evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções de intelectual, uma ampla e sócio cultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário, como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Um conceito considerado pelo próprio Sirinelli (2003) como polimorfo e difuso.

Visualizo os intelectuais integrantes das duas instituições – IHGSE e FDS – de acordo com a segunda acepção expressa no excerto acima, que atribui uma definição ainda mais estreita de intelectual: a de intelectual “engajado”, adjetivação para aqueles para os quais a criação ou a mediação cultural tem a origem e é reflexo do acréscimo de “notoriedade social e especialização reconhecida pela sociedade em que o intelectual vive” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Intelectuais agem nos campos aos quais pertencem, unidos em torno de laços de amizade e fidelidade, ou seja, uma rede de sociabilidades, formada a partir da distinção que constitui (estrutura) e blinda um microcosmo particular: o campo intelectual. No campo, o grupo interage com forças antagônicas, exerce sua influência, poder e vivencia tensões.

Dantas (2013) ao discorrer acerca da história do IHGSE e de referir-se a seus membros como intelectuais, reforça o entendimento de Sirinelli (2003). De acordo com o primeiro autor a caracterização deste conceito é complexa. Dantas (2013) lembra que outros pensadores, a exemplo de Antonio Gramsci e Norberto Bobbio, concederam diferentes contornos à ação de um intelectual na sociedade.

Para Dantas (2013, p. 21) Bobbio tem nos intelectuais a tarefa de impulsionar ideias, problemas, programas, assim como formular teorias abstratas. Já Gramsci a de se constituir em um ator político ligado à construção da hegemonia e à organização da vida social.

Outra proposição, a de Bourdieu (2009), defende que intelectuais pertencem a um determinado grupo (fração) cuja sobrevivência social depende da quantidade de capital simbólico⁽²⁾ (cultural⁽³⁾ e social) que seus membros isoladamente ou o próprio grupo de forma total disponha, possa mobilizar e transformar, assim como da contribuição desse grupo para alçar o capital do qual é detentor como o mais importante dentro da hierarquização social.

[...] as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, têm em vista impor a legitimidade de sua dominação quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detém por delegação; a fracção dominada (letrados ou “intelectuais” e “artistas”, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2009, p. 12, grifos do autor)

A partir da quantidade de capital, um grupo pode impor sua cultura às outras parcelas da sociedade, caracterizando-se esta fração como uma determinada elite de natureza econômica, profissional, política ou cultural, dentre outras. (Bourdieu, 2009)

Acerca do estudo das elites, Charle (2003, p. 23) informou que “[...] a emergência dos trabalhos sobre as elites (e, indiretamente, sobre a burguesia, principal viveiro das elites) aconteceu, sobretudo, nos anos 1970”. Essa nova abordagem revela uma mudança na perspectiva historiográfica tanto quanto à duração, entendida como o conceito de tempo histórico, como quanto à natureza do objeto e, por fim, quanto à abordagem, que migra das interpretações meramente quantitativas para admitir fontes que levam a análises qualitativas.

A partir desse entendimento os estudos concernentes às elites que podem se relacionar “a um grande corpo administrativo do Estado [...] e [...] multiplicam-se, assim, nos últimos 10 anos as prosopografias de professores universitários, normaliens ou não, que associam diversos métodos de abordagem e delimitação das elites” (CHARLE, 2003, p 25-26).

Charle (2003) trás à baila a dificuldade de se delinear horizontalmente o que sejam elites. Em um primeiro momento, cita instituições da estrutura estatal a exemplo de grandes escolas. Depois, em uma perspectiva mais flexível, menciona o patronato, os políticos. Em seguida, passa para as profissões e da possível ascensão social por meio delas em uma sociedade burguesa, com ênfase para as profissões jurídicas.

Nesse sentido, ao recuperar a trajetória das elites rurais brasileiras, Heinz (2003, p. 133-134) demonstra, no lapso de tempo compreendido entre 1889 e 1937, período de nascimento dos professores da FDS, que dois terços da elite política brasileira eram compostos por advogados. O autor ainda trás à reflexão o fato de que historicamente os integrantes dessas elites não se limitarem a ser homens de sua profissão, mas, que almejem salto a altos cargos e postos.

Miceli (2001) cunhou o conceito de “polígrafo” para caracterizar os intelectuais brasileiros da Primeira República, a indicar as diversas atividades profissionais, artísticas e literárias assumidas cumulativamente. O exercício dessas atividades somente é possível mediante a mobilização de capital social, entendido por Bourdieu como:

[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-relacionamento ou em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto e agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também são unidos por relações permanentes e úteis [...] (BOURDIEU, 2008, p. 67).

Este trabalho apresenta parcialmente a atuação intelectual de alguns membros do corpo docente da FDS, especificamente, em sua relação com a atuação no IHGSE e elenca algumas características comuns ao grupo, ainda que não adote o método prosopográfico (ou das biografias coletivas).

Nesse sentido, para delinear as relações entre os intelectuais foram utilizadas fontes impressas de natureza bibliográfica e periódica, com ênfase nas revistas do IHGSE e da FDS, como modo de trazer à baila as sociabilidades estabelecidas, a partir do entendimento esboçado por Sirinelli (2003):

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtemem pelas fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas decisões tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais elas são, aliás um lugar precioso para a análise do movimento de idéias (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Noto a partir do excerto referenciado e, acompanhando o pensamento de Bourdieu (1996) que pertencer a

um determinado grupo, uma instituição de ensino, como no caso da FDS, ou uma instituição cultural, a exemplo do IHGSE, não é uma ação desinteressada ou tão-somente resultado de vocação cívica, patriótica ou mera civilidade. Ao contrário, este pertencimento revela ainda o desejo de legitimação intelectual e social.

Como afirmou Bourdieu (1996, p.138), não há atitudes desprovidas de interesse, em especial, no campo acadêmico. Ainda segundo o autor, “acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum” (BOURDIEU, 1994, p. 132).

O IHGSE, também conhecido como a “Casa de Sergipe” ou a “casa da memória de Sergipe” e os intelectuais a ele vinculados têm sido objeto de estudo por diversos pesquisadores, cujos trabalhos analisaram sua constituição e gestões da instituição (DANTAS, 2013) e sua produção intelectual (FREITAS, 2002; DANTAS, 2013a), além de algumas outras pesquisas cujas indicações bibliográficas podem ser obtidas em Dantas (2013, p.18-19). Todavia, a inter-relação entre membros do IHGSE e da Congregação da FDS, tem sido pouco estudada.

A partir desse entendimento, espero que este texto contribua para o aprofundamento do tema trazendo à luz a ação de juristas sergipanos em sua ligação com a “Casa de Sergipe”, assim como, sua legitimação no campo acadêmico/social.

2. O bacharelismo e os Institutos Históricos: a “Casa de Sergipe”

Como informou Cruz (2014), a necessidade de profissionais para atuar no âmbito do Direito existiu desde o início da presença dos portugueses na terra brasilis. Foi imperativo ordenar e civilizar uma sociedade crescente, além de administrar os negócios da Metrópole e solucionar conflitos por intermédio da criação de órgãos e cargos específicos.

À Coroa interessava a formação de uma elite qualificada para gerir seus interesses. Uma elite intelectual e política que fosse seu fiel reflexo, com um papel político e social bem definido,

[...] A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América (CARVALHO, 2011, p. 37).

Após o advento da Independência, mais precisamente, em 1838, seguindo a tendência de associações congêneres na Europa e na América, foi fundado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Sua finalidade era a de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos [...]” (SCHWARCZ, 2011, p. 99). Tal atuação serviu de modelo para as instituições da mesma natureza que foram fundadas posteriormente em várias localidades do Brasil.

Assim, nada há de novo em se afirmar a preponderância da atuação dos bacharéis em Direito na sociedade brasileira: na vida política, na estrutura e nos negócios do Estado, nas instituições associativas e culturais, o que ocorreu de forma mais enfática, com o advento da República, no final do século XIX e, na Primeira República (SILVA, 2009; MICELI, 2001; CARVALHO, 2011), em um movimento denominado de “bacharelismo”. No mesmo sentido, foi evidente a missão inicial e umbilicalmente atribuída aos Institutos Históricos.

Em Sergipe tal quadro não foi diferente, todavia, a realização da formação jurídica foi lenta, tendo ocorrido majoritariamente até o final do século XIX no Curso Jurídico de Olinda/Recife e, no século seguinte, na Faculdade de Direito da Bahia e Faculdade Nacional de Direito (CRUZ, 2014).

No que se refere à fundação do IHGSE, Dantas (2013, p. 17), a interpretou como um ato de “idealismo inquieto” de Florentino Teles de Menezes, um jovem sociólogo, professor do Colégio Ateneu Sergipense que ousou romper com o acanhado ambiente cultural sergipano que na primeira década do século XX possuía mais intelectuais emigrados do que atuantes em suas terras. (DANTAS, 2013, p. 30-34).

A ideia de Florentino Menezes encontrou a acolhida de diversos membros das elites, em sua maioria advogados e desembargadores do Tribunal da Relação de Sergipe, guarida que contou com expresso agradecimento no discurso de fundação.

Ao estudar o cenário de Aracaju no período que antecedeu a modernizadora administração conduzida na segunda década do século XX, pelo Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso, exatamente o período em que o IHGSE foi fundado, Azevedo (2009) descreve uma Aracaju em fase de urbanização e de transformação:

[...] A Aracaju da primeira República, ainda entrecortada por dunas e trechos de maré e mangues, passou por um processo de melhoramentos. A cidade foi contemplada com uma série de serviços como cine-teatro “Carlos Gomes” (posterior ao “Rio Branco”, que recebia também companhias teatrais para apresentação, além de associações educacionais, científicas e literárias. [...]) A capital do Estado de Sergipe crescia. Escolas, repartições públicas, comércio fábricas, cinemas, instituições literárias. A voz reformadora da República deveria atingir todos os espaços sociais, difundir as suas noções de civilidade [...] (AZEVEDO, 2009, p. 85).

Dantas (2013, p. 41) aponta no tocante à formação que, dentre os 22 sócios fundadores da IHGSE, 13 eram bacharéis em Direito. Os outros 9 sócios estavam divididos em 5 diferentes tipos de formação. A relação entre os intelectuais fundadores da FDS, membros do IGHSE e as elites ligadas sempre foi intensa.

3. Cerzindo a trama da rede: a FDS, seus intelectuais e o IHGSE

Após três tentativas frustradas, uma no século XIX e duas no século XX, a FDS foi fundada por um grupo de intelectuais, no início da década de 1950, mediante a descrença de grande parcela das elites locais (LEITE, 1951). Foi a última instituição dessa natureza a ser criada no Nordeste, o que demonstra as dificuldades para a sua gênese (CRUZ, 2014).

Quanto ao cenário em que se situou a iniciativa, ressalto que desde o fim da década de 1940, Sergipe e sua capital viviam franco crescimento, fruto da redemocratização política e do projeto econômico desenvolvimentista que abrangia, dentre outros, a educação, os transportes e a comunicação.

Nos idos de 1948, foi iniciada a efetiva implantação do Ensino Superior, mediante a fundação da Escola de Química e da Faculdade de Ciências Economias de Sergipe. Em 1951, primeiro ano de efetivo funcionamento da FDS, foi fundada em a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Ao ser analisado o perfil dos professores que atuaram na FDS e que compuseram sua Congregação, verifico que o grupo constituído entre 1950 e 1968, foi composto por 40 integrantes, que podem ser divididos, tão somente para fins didáticos, em 3 grupos:

- 22 professores fundadores, cujos nomes constaram da Ata de Fundação da FDS.
- 10 professores contratados, todos os profissionais com formação superior que estabeleceram vínculo de docência com a FDS, remunerada ou não, após 1954.
- 8 ex-alunos contratados, ou seja, estudantes que uma vez bacharelados pela FDS, retornaram à instituição na condição de docentes.

Levantei a data de nascimento de 39 dos 40 professores⁽⁴⁾, sendo que 18% deles nasceram no século XIX e

82% no século XX. Dividindo-se o grupo entre fundadores e contratados, independentemente da origem destes últimos, verifiquei que a maioria (51,2%) nasceu entre as duas primeiras décadas do século XX, havendo um equilíbrio, dentre os contratados, entre profissionais liberais e ex-alunos. Há, entretanto, uma sutil preponderância do número de professores fundadores, com relação ao grupo de contratados.

O nascimento dos professores, considerado o século e década ficou assim distribuído :

- 5 professores nasceram entre 1880 e 1889.
- 2 professores nasceram entre 1890 e 1899.
- 7 professores nasceram entre 1900 e 1909.
- 12 professores nasceram entre 1910 e 1919.
- 8 professores nasceram entre 1920 e 1929.
- 2 professores nasceram entre 1930 e 1939.
- 3 professores nasceram entre 1940 e 1949.

Quanto à faixa etária, a média de idade no advento da fundação da FDS, estava em torno de quarenta e cinco anos, o que indica que os professores já eram profissionais com carreiras estabelecidas, principalmente, considerados os nascidos no fim do século XIX, que se encontravam a caminho do fim da atuação profissional e, deste modo, ainda mais conhecidos e reconhecidos socialmente.

Os professores, por data de ingresso na FDS, e posições profissionais por eles ocupadas podem ser observados no quadro a seguir, conforme levantamento apresentado por Cruz (2014):

1951

- Luiz Pereira de Melo - Juiz de Direito
- Antônio Manuel de Carvalho Neto - Advogado/Deputado Federal
- Alberto Bragança de Azevedo - Clérigo/ Procurador da Cúria Metropolitana
- Manuel Ribeiro - Advogado
- Manuel Cabral Machado - Advogado
- José Temporal - Advogado
- Francisco Leite Neto - Advogado/Deputado Federal
- Gonçalo Rollemberg Leite - Procurador de Estado
- Olavo Ferreira Leite - Advogado
- Armando Leite Rollemberg - Advogado/Deputado Federal
- Renato Cantidiano Vieira Ribeiro - Advogado
- Hunald Santaflor Cardoso - Juiz de Direito
- Olavo Ferreira Leite - Advogado
- Enoch Santiago - Juiz de Direito
- Augusto César Leite - Médico
- Osman Hora Fontes - Advogado
- Álvaro Fontes da Silva - Advogado
- Affonso Moreira Temporal - Inspetor Federal de Educação/Advogado
- Octávio de Souza Leite - Juiz de Direito
- Mário Cabral - Advogado/Folclorista
- João de Araújo Monteiro - Advogado
- Luiz Garcia - Advogado

1954

- Joviniano Carvalho Neto - Advogado
- Waldemar Fortuna de Castro - Juiz de Direito
- João B. Perez Garcia Moreno - Médico
- José Dantas Prado - Juiz do Trabalho
- José Bonifácio Fortes Neto - Juiz do Trabalho

1957

- Pedro Vieira Matos - Chefe de Polícia

- Balduino Ramalho - Advogado
- José Silvério Leite Fontes - Advogado

1961

- Belmiro da Silveira Góes - Juiz de Direito

1967

- Ruy Eloy dos Santos - Advogado
- José Amado do Nascimento - Ex-aluno da FDS
- José Gilton Pinto Garcia - Ex-aluno da FDS
- Juçara Fernandes Leal - Ex-aluna da FDS
- Luiz Bispo - Ex-aluno da FDS
- Paulo Almeida Machado - Ex-aluno da FDS

Nesta discriminação verifico que à exceção dos dois médicos, todos os demais possuem formação jurídica e sua atuação está concentrada na advocacia e na magistratura.

O levantamento realizado a partir do quadro social constantes das revistas do IHGSE, publicadas durante o marco temporal do estudo (33 números), revelou que 23 professores, ou seja, 57,5% integraram o quadro de sócios da instituição e, destes 5, ou seja, 21,7% foram presidentes do instituto.

Foram presidentes da instituição os seguintes professores da FDS: o Desembargador Hunald Santaflor Cardoso (1939-1941); o Médico João Batista Perez Garcia Moreno (1947-1951); o Desembargador Enoch Santiago (1953-1957); o Juiz de Direito José da Silva Ribeiro Filho (1965-1967) e o Juiz de Direito José Bonifácio Fortes Neto (1967-1969).

Considerados os professores fundadores de modo isolado, o percentual de participação como membro do IHGSE sobe para 77,2%, ou seja, a quase totalidade desse grupo pertenceu aos quadros do instituto. Outra análise da composição do quadro social do IHGSE evidenciou que a maior incorporação de sócios ligados à FDS ocorreu na década de 1940:

A exceção fica por conta dos professores nascidos no século XIX, a exemplo de Álvaro Fontes Silva, Antônio Manuel de Carvalho Neto, Enoch Santiago e Hunald SantaFlor Cardoso, que já pertenciam ao IHGSE antes da década de 1930.

Tal correlação acompanha a faixa etária dos professores que nasceram no século XX e o período em que estabeleceram suas carreiras profissionais, sendo o instituto importante suporte de legitimação para essas carreiras profissionais, pela notoriedade que concedia e estabelecimento de relações que possibilitava.

Nesse sentido, referidos professores ocupavam diversas posições dentro da diretoria do IHGSE, conforme é possível verificar no levantamento abaixo, realizado a partir das Revistas do IHGSE de 1913 a 1965, considerando que o periódico não circulou de 1930 a 1938, 1940 e 1941, assim como, entre 1966 e 1981.

Alberto Bragança de Azevedo

Sócio efetivo (1928)

Álvaro Fontes da Silva

Redator da Rev.do IHGSE (1920)

Antônio Manuel de Carvalho Neto

Sócio efetivo. Orador (1920)

Armando Leite Rollemberg

Sócio efetivo (1950).

Enoch Santiago

Sócio efetivo. 2º Secretário (1927-1929, 1929-1931); Presidente (1953-1955, 1955-1957)

Francisco Leite Neto

Sócio efetivo. Redator da Rev. IHGSE (1937) Orador (1939-1941); 2º Vice-Presidente (1941-1943, 1943-1945). Membro da Diretoria do IHGSE a partir de 1965 até 1974.

Gonçalo Rollemberg Leite

Sócio efetivo e Redator da Rev. IHGSE (1941-1943; 1943-1945); Comissão de História (1945-1947), (1947-1949), (1951-1954); Comissão de Manuscritos e Autógrafos (1959-1960, 1960-1961). Membro da Diretoria do IHGSE a partir de 1965 até 1974.

Hunald Santaflor Cardoso

Sócio efetivo. Orador (1924-1925); Secretário Geral (1925-1927); 1º Vice-Presidente (1941-1943, 1943-1945, 1945-1947)

João Batista Perez Garcia Moreno

Sócio efetivo. Presidente (1947-1949; 1949-1951); Comissão de História (1951-1954, 1959-1960, 1960-1961)

João de Araújo Monteiro

Sócio efetivo (1939). Comissão de Geografia (1939-1941, 1943-1945, 1947-1949, 1951-1954); Redator da Rev. do IHGSE (1941-1943); Comissão de História (1945-1947)

José Amado do Nascimento

Sócio efetivo (1944), Rev. IHGSE (1947-1949; 1949-1951)

José Bonifácio Fortes Neto

Sócio efetivo (1954), Orador (1959-1960, 1960-1961) Presidente (1967-1969)

José da Silva Ribeiro Filho

Sócio efetivo (1937) Comissão de História (19XX) Presidente (1965-1967)

José Silvério Leite Fontes

Sócio efetivo (1954)

Luiz Carlos Fontes de Alencar

Sócio efetivo (1959)

Luiz Garcia

Sócio efetivo. Orador (1941-1943).

Luiz Pereira de Melo

Sócio efetivo (1941)

Manuel Cabral Machado

Sócio efetivo (1941)

Manuel Ribeiro

Sócio efetivo. Comissão de História (1947-1949)

Mário de Araújo Cabral

Sócio efetivo (1938). Comissão de História (1939-1941, 1943-1945); Redator da Rev. IHGSE (1941-1943)

Olavo Ferreira Leite

Sócio efetivo (1938). Comissão de Manuscritos e Autógrafos (1959-1960, 1960-1961). Membro da Diretoria do IHGSE a partir de 1965 até 1974.

Osman Hora Fontes

Sócio efetivo (1940)

Renato Cantidiano Vieira Ribeiro

Sócio efetivo (1940)

Ruy Eloy dos Santos

Sócio efetivo (1948)

Waldemar Fortuna de Castro

Sócio efetivo (1954), Comissão de Geografia (1959-1960)

Evidencio deste modo, o estabelecimento de uma rede de sociabilidades anterior à fundação da FDS, ligada por meio do exercício institucionalizado de atividades culturais. Ainda no IHGSE pude verificar a atuação dos professores junto ao corpo editorial da Revista. Esse mesmo movimento ocorreu, a partir de 1953, na redação da Revista da FDS.

Todavia, esclareço que o IHGSE era apenas um dos lócus por meio dos quais os membros da FDS vivenciavam sociabilidades, ainda que tenha sido a instituição cultural que congregou o maior número de

membros pertencentes à FDS.

Os intelectuais que faziam parte da FDS, além de possuírem laços de parentesco por consanguinidade e por afinidade, também integravam de forma parcial, tanto outras instituições culturais e associativas, como a Academia Sergipana de Letras, a Associação Sergipana de Imprensa e o Rotary Clube, como também atuavam em diversas instituições de ensino secundário e superior.

Noto que todas essas participações eram secundárias, vez que cada um desses professores possuía uma carreira jurídica ou política consolidada, à exceção da Professora Juçara Fernandes Leal, que atuou exclusivamente como docente na FDS e no ensino secundário sergipano.

No âmbito da FDS, a produção intelectual escrita se dava por meio de publicação de artigos na Revista da Faculdade de Direito. Cabe ressaltar que a circulação de revistas jurídicas em Sergipe antecedeu à Revista da FDS, ainda que tenham sido instituídas pelo jurista Antônio Manuel de Carvalho Neto, como destacaram Cruz e Dantas (2011):

No levantamento realizado sobre as revistas sergipanas, Freitas e Nascimento (2002), identificaram alguns grupos de consumo destes impressos em seguimentos representativos da sociedade, a exemplo dos profissionais do Direito (advogados, procuradores e juizes). De acordo com estes pesquisadores a primeira revista dedicada aos debates em torno dos temas jurídicos surgiu em 1907, a "Revista Forense do Estado de Sergipe", uma revista mensal que circulou até o ano de 1909 e publicava a doutrina, a jurisprudência e a legislação que se produzia em Sergipe. Em 1928, segundo Freitas e Nascimento (2002), surgiu a revista Sergipe Judiciário, um periódico mensal de doutrina, jurisprudência e legislação. (CRUZ; DANTAS, 2011, p. 5)

Cruz (2014) ao estudar a revista da FDS, observou que apesar de todos os professores haverem publicado no periódico, parcela do grupo, de forma especial os juristas ligados ao corpo editorial (a exemplo dos professores Gonçalo Rollemberg Leite, Mário Cabral, João de Araújo Monteiro, Manoel Cabral Machado) tiveram predominância quanto ao número de publicações. Ressalto que parte destes intelectuais atuou junto ao corpo editorial do IHGSE e da Associação Sergipana de Imprensa e de jornais diários de Aracaju.

Em outra direção, ao analisar a formação de uma comunidade científica em Sergipe, Bretas (2009) destaca a diversidade e o caráter assimétrico da produção científica nas instituições de ensino superior fundadas entre as décadas de 1950 e 1960, destacando a atuação expressiva dos professores da FDS nessa constituição. Segundo Bretas:

A Faculdade de Direito, por sua tradição nas ciências jurídicas no estado e pela própria característica dos professores, sustentava um estatuto epistemológico mais sólido e capaz de produção acadêmica considerável. Porém não é possível afirmar que ela se projetava cientificamente no cenário nacional, apenas concluir que havia um ethos científico que caracterizava a Faculdade de Direito nos moldes acadêmicos dos centros difusores de conhecimento (BRETAS, 2009, s.n.t).

A assertiva da autora permite a realização de reflexões acerca da imbricação entre a FDS e o IHGSE e a contribuição das sociabilidades para o estabelecimento de uma produção científica local.

4. Palavras finais

Este estudo buscou levantar e caracterizar a rede de sociabilidades existente entre os professores da Congregação da Faculdade de Direito de Sergipe e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a partir de fontes bibliográficas e de revistas produzidas pelas duas instituições. Aborda, assim, o relacionamento social entre os membros de uma instituição de ensino e uma instituição cultural formada por intelectuais.

Não restaram dúvidas, a partir do entendimento esboçado por Sirinelli (2003), que os professores da FDS, também membros do IHGSE, eram intelectuais, na medida em que atuavam como mediadores culturais, simultaneamente em diversas instituições (culturais, associativas e de ensino), participando do corpo editorial

das revistas das duas instituições. Eram assim “polígrafos”, conforme proposto por Miceli (2001).

Ficou evidenciado que, de fato, 57,5% dos membros da Congregação da FDS eram membros do instituto, número que chegou a 77,2% quando analisados especificamente os professores fundadores. Do total de professores, 5 chegaram a ocupar o cargo de presidente do IHGSE. Outro aspecto que despontou foram os diversos cargos ocupados pelos professores da FDS no IHGSE, principalmente aqueles relacionados à produção escrita, representado pela atuação no corpo editorial da Revista do IHGSE.

Por outro lado, o estudo aventou a possibilidade de que essas sociabilidades possam ter levado o IGHSE, por intermédio de seus membros, a contribuir para a gênese de uma comunidade científica local, considerando que a FDS era a instituição de ensino superior com maior organização e corpo docente preparado para a realização dessa operação científica nas décadas de 1950 e 1960 (Bretas, 2009).

Ao tempo em que o estudo buscou atingir os objetivos propostos, abriu o debate para estudos futuros. Questões como: qual a produção dos juristas na Revista do IHGSE e quais as contribuições dos membros do IHGSE na Revista da FDS?

poderão adensar e aprofundar a relação entre os membros da FDS e do IHGSE e, das instituições.

Notas:

(1) Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho-RJ. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares do Núcleo de Pós-Graduação em Educação – UFS. Membro da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). E-mail: marciacruz.ufs.br@hotmail.com

(2) O capital simbólico pode ser entendido como o volume de poder simbólico detido por determinado agente. O poder simbólico é entendido por Bourdieu como “o poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gneseológica, o sentido imediato do mundo [...]” (BOURDIEU, 2009, p. 9). É “a forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder:” (BOURDIEU, 2009, p. 15)

(3) Segundo Bourdieu, o capital cultural “[...] pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo, no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc; e enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte, porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais” (BOURDIEU, 2008c, p. 74, grifo nosso).

(4) Para fins deste levantamento foram computados apenas 39 professores, considerando que não foram localizados os dados de nascimento relativos ao professor Rui Eloy.

Referências:

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **O ideário modernizador do governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma da instrução pública de 1924 em Sergipe**. Tese (Doutorado em Educação)- UFRN, Natal, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias.‏ In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos da Educação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 65-70.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos da Educação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 71-80‏.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São

Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Correia. Campinas: Papirus, 1996.

BRETAS, Silvana Aparecida. **A política de federalização dos estabelecimentos de ensinos e a criação da Universidade Federal de Sergipe (1950-1970)**: uma contribuição ao debate histórico. 2009.

Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=828>.

Acesso em: 23 fev. 2010.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial. 6. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia?

Tentativa de balanço crítica da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006a. p. 19-39.

DANTAS, Ibarê. **História da casa de Sergipe (1912-2012)**. São Cristóvão-Sergipe:UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

DANTAS, Ibarê. A Revista Centenária da casa de Sergipe. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2013 (a). (p. 45-62)

HEINZ, Flávio M. Elites rurais e política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 124-142.

CRUZ, Marcia T. J. O. **Ritos, símbolos e práticas formativas**: a Faculdade de Direito de Sergipe e sua cultura acadêmica (1950-1968). São Cristóvão-Sergipe: UFS, 2014.

CRUZ, Marcia T. J. O.; DANTAS, Maria José. **Impressos, Educação e Sociedade**: a revista da faculdade de Direito de Sergipe (1953-1970) In: VI COLÓQUIO EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, Anais... São Cristóvão-Sergipe: UFS, 2012.

FREITAS, Itamar. **A escrita da História na "Casa de Sergipe" (1913/1999)**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2002.

LEITE, Gonçalo Rollemberg. O Direito em Sergipe. In: **Revista da Faculdade de Direito de Sergipe**. Ano I, nº 01. Aracaju-Sergipe: L. Regina, 1953.

MENEZES, Florentino Telles. Discurso por ocasião da inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 1. Aracaju: IHGSE, 2012. (p. 10-14)

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Mozart Linhares da. **O império dos bacharéis**: O pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil. Curitiba: Juruá, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução

Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

Recebido em: 30/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: